



# Anais da Assembléia

Nº 28

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE ABRIL DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOSELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI

## Representação Partidária

**PMDB – 12:** Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP – 10:** Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT – 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB – 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL – 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT – 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB – 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR – 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC – 01:** Joselito Canto.

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 18.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 1995

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Carlos Simões e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Antonio Belinati, Antônio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Élio Rusch, Emerson Neroni, Florisvaldo Fier, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Cláudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reni Borsatto, Ricardo Chab. Sâmis da Silva, Sergio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ângelo Vanhoni, Augustinho Zucchi, Eduardo Trevisan e Geraldo Cartário (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Indicações:

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

Vimos pelo presente indicar os membros do Partido da Frente Liberal que irão fazer parte do Bloco Agropecuário desta Casa.

Sem mais para o momento, renovamos os votos de estima e consideração.

Titular: Dep. Élio Lino Rusch

Suplente: Dep. Reny Borsatto

Titular: Dep. Plauto Miró Guimarães Filho

Suplente: Dep. Basílio Zanusso

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) ÉLIO RUSCH

Líder do PFL

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

Vimos pelo presente indicar os membros do Partido da Frente Liberal que irão fazer parte do Bloco Municipalista desta Casa.

Sem mais para o momento, renovamos os votos de estima e consideração.

Titular: Dep. Élio Lino Rusch

Suplente: Dep. Reny Borsatto

Titular: Dep. Basílio Zanusso

Suplente: Dep. Carlos Simões

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) ÉLIO RUSCH

Líder do PFL

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 636

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER destaque de votação para a Proposição n° 071/93, Veto ao Projeto de Lei n° 257/93, item 01 da Ordem do Dia, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch.

Sala das Sessões, em 03.04.95

(a) ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 617

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo art. 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.<sup>a</sup> discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 637

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a retirada, por dez sessões, da Proposição n° 074/93, item 02, da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 650

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso das suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário a retirada por 10 (dez) sessões, do item nº 01 da Ordem do Dia, de 03 de abril de 1995.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 605

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Domingos Sinhuri, do Município de Guaraniaguá - PR.

Requer ainda, que o teor do presente, dê-se ciência a família, sito à Rua Pedro Rosseti, s/n - 85400-000, Guaraniaguá-PR.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

O extinto senhor pertencia a tradicional família de Guaraniaguá. Seu passamento irreparável, prematuro, veio abrir lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos.

O tempo jamais poderá apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Por intermédio deste Deputado, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cumpre o dever de associar-se a dor que abalou a família Sinhuri, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que todos conforte.

REQUERIMENTO N° 619

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste em Ata da presente sessão voto de pesar, pelo falecimento da Senhora Itelvina Valesan.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada à Rua Pedro Luiz Corrêa, 325, Sabará - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 620

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste em Ata da presente sessão voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Hercílio Gomes.

Requer ainda que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada à Rua Miquel Calmon, 402 Vila Rio Branco - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 638

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos deste Poder e formulado à família enlutada um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Nivaldo Ênio de Moura e Costa, ocorrido nesta data.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Pela segunda vez no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Cerro Azul, o Doutor Ênio era médico e advogado. Fazendo do ofício médico uma espécie de sacerdócio, dedicou grande parte da vida atendendo gratuitamente à população carente.

Dirigiu os serviços de saúde pública em São José dos Pinhais e, na vida pública, ocupou os cargos de vereador e presidente da Câmara Municipal de Cerro Azul, presidente da Associação dos Municípios do Vale do Ribeira e secretário da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, ASSOMECC.

Havendo falecido aos 60 anos, deixa dois filhos, Iliã e Dalton Luis, além de muitas saudades, principalmente entre aqueles que tiveram o privilégio de privar do seu convívio.

Por ocasião do seu passamento, registramos o presente voto de profundo pesar nos Anais do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 639

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos deste Poder e formulado à família enlutada um voto de profundo pesar pelo falecimento, nesta data, do Senhor Domingos Puppi.

Sala das Sessões, em 03.04.95

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Tronco de tradicional família campolarguense, Domingos Puppi faleceu, nesta data, aos 86 anos, deixando viúva dona Elvídia Puppi e três filhos: Nilzete Puppi Meiri, Rui Puppi e Nilton Puppi, figura exponencial da vida política paranaense, duas vezes prefeito de Campo Largo.

Pai de família exemplar, cidadão honrado e responsável, Domingos Puppi dedicou-se ao comércio em Campo Largo onde, por sua postura sempre respeitável, angariou inúmeras amizades. Havendo presidido vários clubes do município, foi vereador na Câmara de Campo Largo e sempre teve uma

presença ativa na vida da cidade.

Seu passamento entristece sobremaneira aqueles que tiveram o privilégio de privar do seu convívio e da sua valiosa amizade. Por esta razão registramos nos Anais da Assembléia Legislativa nosso profundo pesar pelo seu passamento.

#### REQUERIMENTO N° 625

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER a inserção em Ata desta Sessão de voto de congratulação e apoio à Diretoria do SKAL CLUB DE CURITIBA, bem como requer, ainda, seja dada ciência desta decisão ao seu Presidente, Mario Tureck, à Rua Voluntários da Pátria, n° 91 - Curitiba.

Sala das Sessões, em 03.04.95

(a) NELSON TURECK

#### JUSTIFICATIVA:

A recondução da Diretoria do SKAL CLUB DE CURITIBA, em data de ontem, enseja a este Parlamentar a oportunidade de solicitar um voto de congratulações ao dinâmico trabalho empreendido por essa diretoria durante o mandato anterior.

O movimento SKAL conta atualmente com aproximadamente 500 Clubs, em todo o mundo, congregando quase 25.000 associados. Uma das condições fundamentais para o ingresso nesse Club é a comprovação de trabalho em 5 anos, no mínimo, em empresa ligada ao setor Turismo, além de possuir uma sólida imagem pessoal e profissional.

Por entender o subscritor do presente a importância do trabalho dos segmentos ligados ao Turismo, desejamos, com este gesto, externar os nossos sinceros votos de profícua gestão para o biênio 95/96.

#### REQUERIMENTO N° 628

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Guaratuba, pelo transcurso de seus 224 anos de Emancipação Política, no próximo dia 29/04/95.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal José Ananias dos Santos, ao vice-Prefeito Senhor Celso Nascimento Cordeiro, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 03.04.95

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 29 de abril, o Município de Guaratuba irá comemorar 224 anos de

emancipação política.

Portanto, é na significativa data que marcará os 224 anos do Município, que toda a população litorânea é digna do nosso respeito e admiração na certeza de que continuarão dando o melhor de seus esforços contribuindo assim para o pleno desenvolvimento.

É possível viver e sentir a transformação de Guaratuba, com seus admiradores de todos os tempos preocupados e compromissados com as mudanças que estão a promovê-las e, contando sempre com o apoio incondicional de seu povo que tudo faz para que o Município continue com seu crescente progresso.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, parabeniza toda a população que confia no amanhã e continua com seu importante trabalho voltado para a grandeza do Município.

#### REQUERIMENTO N° 640

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S/A - Refinaria Presidente Vargas (REPAR), em Araucária, pela significativa contribuição à Economia do Paraná, fazendo jus ao prêmio "Maiores Exportadores do Paraná 94", outorgado pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, pelo Instituto Centro de Comércio Exterior do Paraná - CEXPAR e pelo Jornal Indústria & Comércio do Paraná.

Requer também, que do presente se dê ciência ao Superintendente da Refinaria Eng° Nelson Derani, por meio de correspondência a ser remetida à Rodovia do Xisto, Km 16, BR 476, Araucária-PR, CEP: 83.707-400.

Sala das Sessões, em 03.04.95

(a) ALBANOR GOMES

#### REQUERIMENTO N° 641

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Refinadora de Óleos Brasil Ltda, em Araucária, pela significativa contribuição à Economia do Paraná, fazendo jus ao prêmio "Maiores Exportadores do Paraná 94", outorgado pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, pelo Instituto Centro de Comércio Exterior do Paraná - CEXPAR e pelo Jornal Indústria & Comércio do Paraná.

Requer também, que do presente se dê ciência ao Diretor Eng° Vitor Losso, por

meio de correspondência a ser remetida à Avenida dos Pinheirais, 3451, Araucária-PR, CEP: 83.705-570.

Sala das Sessões, em 03.04.95

(a) ALBANOR GOMES

REQUERIMENTO N° 642

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Artefatos de Borracha Record S/A, em Curitiba, pela significativa contribuição à Economia do Paraná, ultrapassando a marca de um milhão de dólares em exportações, fazendo jus a outorga do II "One Million Dollar Exporter's Club do Paraná" pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, pelo Instituto Centro de Comércio Exterior do Paraná - CEXPAR e pelo Jornal Indústria & Comércio do Paraná.

Requer também, que do presente se dê ciência ao Diretor Dr. João Cláudio Fontana, por meio de correspondência a ser remetida à Rua Alberto Klemetz, 441, Curitiba-PR, CEP: 80.330-380.

Sala das Sessões, em 03.04.95

(a) ALBANOR GOMES

REQUERIMENTO N° 643

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Berneck & Cia., em Curitiba, pela significativa contribuição à Economia do Paraná, ultrapassando a marca de um milhão de dólares em exportações, fazendo jus à outorga do II "One Million Dollar Exporter's Club do Paraná" pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, pelo Instituto Centro de Comércio Exterior do Paraná - CEXPAR e pelo Jornal Indústria & Comércio do Paraná.

Requer também, que do presente se dê ciência ao Diretor Dr. Gilson Berneck, por meio de correspondência a ser remetida à Rua Pedro Gusso, 1259, Capão Razo, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 03.04.95

(a) ALBANOR GOMES

REQUERIMENTO N° 644

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Berneck Aglomerados S/A, em Araucária, pela significativa contribuição à Economia do Para-

ná, ultrapassando a marca de um milhão de dólares em exportações, fazendo jus à outorga do II "One Million Dollar Exporter's Club do Paraná" pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, pelo Instituto Centro de Comércio Exterior do Paraná - CEXPAR e pelo Jornal Indústria & Comércio do Paraná.

Requer também, que do presente se dê ciência ao Diretor Dr. Gilson Berneck, por meio de correspondência a ser remetida à Rua Valério Sobânia, n° 500 - Araucária-PR, CEP: 83.70-530.

Sala das Sessões, em 03.04.95

(a) ALBANOR GOMES

REQUERIMENTO N° 645

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à COCELPA - Cia. de Celulose e Papel do Paraná, em Araucária, pela significativa contribuição à Economia do Paraná, ultrapassando a marca de um milhão de dólares em exportações, fazendo jus à outorga do II "One Million Dollar Exporter's Club do Paraná" pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, pelo Instituto Centro de Comércio Exterior do Paraná - CEXPAR e pelo Jornal Indústria & Comércio do Paraná.

Requer também, que do presente se dê ciência ao Diretor Dr. Antônio Eloi de Pauli, por meio de correspondência a ser remetida à Rodovia do Xisto, Km 14,5, Araucária-PR, CEP: 83.707-440.

Sala das Sessões, em 03.04.95

(a) ALBANOR GOMES

REQUERIMENTO N° 646

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à IMCOPA - Importação, Exportação e Indústria de Óleos Ltda, em Araucária, pela significativa contribuição à Economia do Paraná, ultrapassando a marca de um milhão de dólares em exportações, fazendo jus à outorga do II "One Million Dollar Exporter's Club do Paraná" pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, pelo Instituto Centro de Comércio Exterior do Paraná - CEXPAR e pelo Jornal Indústria & Comércio do Paraná.

Requer também, que do presente se dê ciência ao Diretor Presidente Senhor Frederico Busato, por meio de correspondência a ser remetida à Avenida das Araucárias, 5899, Araucária-PR, CEP: 83.707-000.

Sala das Sessões, em 03.04.95

(a) ALBANOR GOMES

REQUERIMENTO N° 647

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à INCOL - Indústria de Compensados Ltda, em Araucária, pela significativa contribuição à Economia do Paraná, ultrapassando a marca de um milhão de dólares em exportações, fazendo jus à outorga do II "One Million Dollar Exporter's Club do Paraná" pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, pelo Instituto Centro de Comércio Exterior do Paraná - CEXPAR e pelo Jornal Indústria & Comércio do Paraná.

Requer também, que do presente se dê ciência ao Diretor Dr. Roberto Fernandes Luiz, por meio de correspondência a ser remetida à Avenida Primeiro de Maio, 296, Araucária-PR, CEP: 83.705-310.

Sala das Sessões, em 03.04.95

(a) ALBANOR GOMES

REQUERIMENTO N° 648

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Novo Nordisk Bioindustrial do Brasil Ltda, em Araucária, pela significativa contribuição à Economia do Paraná, ultrapassando a marca de um milhão de dólares em exportações, fazendo jus à outorga do II "One Million Dollar Exporter's Club do Paraná" pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, pelo Instituto Centro de Comércio Exterior do Paraná - CEXPAR e pelo Jornal Indústria & Comércio do Paraná.

Requer também, que do presente se dê ciência ao Diretor Dr. Victor M. G. Barbosa, por meio de correspondência a ser remetida à Rodovia Prof. Francisco Ribeiro, 683, Araucária-PR.

Sala das Sessões, em 03.04.95

(a) ALBANOR GOMES

REQUERIMENTO N° 649

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Siderúrgica Guaíra S/A, em Araucária, pela significativa contribuição à Economia do Paraná, ultrapassando a marca de um milhão de dólares em exportações, fazendo jus à outorga do II "One Million Dollar Exporter's Club do Paraná" pela Federação das Indús-

trias do Estado do Paraná - FIEP, pelo Instituto Centro de Comércio Exterior do Paraná - CEXPAR e pelo Jornal Indústria & Comércio do Paraná.

Requer também, que do presente se dê ciência ao Diretor Leonardo Niderauer, por meio de correspondência a ser remetida à Rodovia PR 423, s/n°, Araucária-PR, CEP: 83.705-000.

Sala das Sessões, em 03.04.95

(a) ALBANOR GOMES

REQUERIMENTO N° 606

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao líder sindical Antonio Zarantonello, reeleito como presidente da importante Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná.

Trata-se de um homem respeitado em seu meio, com grande liderança, conquistada com trabalho sério, dedicação à classe e muita perseverança. Saudamos sua reeleição, temos certeza de que sua categoria irá ganhar muito com isto e o sindicalismo do Paraná ficará ainda mais fortalecido!

Que estes cumprimentos se estendam a todos os seus companheiros de Diretoria.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 600

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente a Excelentíssima Senhora Fany Lerner, Mui Digna Secretária de Estado da Criança e Assuntos de Família, solicitando um veículo tipo Kombi, para atender a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, e o Grupo da 3ª Idade, do Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação é de fundamental importância, pois trata-se de entidades que prestam relevantes serviços à comunidade cianortense e o veículo ora reivindicado, torna-se imprescindível, dada a necessidade do mesmo.

REQUERIMENTO N° 601

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Schwartz, Mui Digno Secretário

de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da estrada que liga a sede do Município de Mariluz ao Distrito de São Luiz, no mesmo município.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado o Senhor José Braz Brilhante, Prefeito Municipal de Mariluz (Av. Marília, 1920, CEP 87470-000); e o Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800 - Ed. Comercial, conj. 101, Umarama, CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação asfáltica do trecho em questão, é uma obra de grande importância para a economia local e da região, tendo em vista a precária conservação da estrada que resulta em inúmeras dificuldades que se antepõem ao setor de transporte de cargas, principalmente na época de comercialização da safra agrícola, bem como, o transtorno que a população enfrenta em dias de chuva.

#### REQUERIMENTO N° 602

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Lubomir Ficinski Dunin, Mui Digno Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a implantação da Rede de Galerias de Águas Pluviais, na Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, no Município de Altônia, através do Programa de Obras de Infra-estrutura desenvolvido pela Pasta.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Excelentíssimo Senhor Jonas Xavier Pinto, Prefeito Municipal de Altônia (Rua Rui Barbosa, n° 815); Senhores Vereadores Reinaldo Detoni, Anelio Detoni, João Rotta, Miguel Rezende (Câmara Municipal, Rua Getúlio Vargas, 82) CEP 87550-000; e Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800 - Ed. Centro Comercial, 1° andar, sala 101, Umarama, CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A implantação da rede de galerias de águas pluviais no mencionado local, é de suma importância para o Município, tendo em vista os transtornos que a população enfrenta pela ausência desta obra, a qual só poderá ser realizada desde que haja colaboração da SEDU.

#### REQUERIMENTO N° 603

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Lubomir Ficinski Dunin, Mui Digno Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a construção de um galpão para a implantação da Incubadora Industrial, no Município de Altônia, através do Programa de Obras de Infra-estrutura desenvolvido pela Pasta, com área de 1.000 m<sup>2</sup>.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Excelentíssimo Senhor Jonas Xavier Pinto, Prefeito Municipal de Altônia (Rua Rui Barbosa, n° 815); Senhores Vereadores Reinaldo Detoni, Anelio Detoni, João Rotta, Miguel Rezende (Câmara Municipal, Rua Getúlio Vargas, 82) CEP 87550-000; e Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800 - Ed. Centro Comercial, 1° andar, sala 101, Umarama, CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O processo de industrialização do Estado passa por uma proposta simples, mas de grande resultado quando o município, através de uma parceria com os pequenos empresários e com a ajuda do Governo do Estado, instalam em barracões, pequenas e micro indústrias, para que aos poucos elas adquiram porte e condições para crescerem por si próprias.

Isto gera empregos e favorece bastante a formação de um novo perfil para o Estado.

#### REQUERIMENTO N° 604

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor DENI SCHWARTZ, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o empréstimo de Rolo e Patrulha Mecanizada, pelo prazo de 05 (cinco) dias úteis, para a Prefeitura Municipal de Iporã.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Salvador Caetano Silva, Prefeito Municipal de Iporã (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677); a Vereadora Maria Aparecida Zago Udenal (Câmara Municipal de Iporã - Rua Pedro Álvares Cabral, s/n - CEP 87560-000); Deputado Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800 - Ed. Comercial, Conj. 101 - Umarama - CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a necessidade de melhorar as estradas municipais, e ainda considerando o bom resultado obtido no ano pas-

sado com o rolamento de estradas cascalhadas, esperamos o parecer favorável desta Pasta.

REQUERIMENTO N° 607

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de tomar providências quanto a entrega das correspondências da Rua Rio Xingu, n° 284 - Jardim Paraíso - Bairro Alto, as quais estão chegando atrasadas, muitas vezes abertas, especialmente os pacotes que contém revistas.

Pede-se que o problema seja resolvido, uma vez que o mesmo está causando uma série de transtornos.

Maiores informações com a Senhora Donatila Lopes, pelo telefone 362-2544.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 609

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de resolver o problema referente ao atraso na entrega das correspondências na Rua Paraíba - Jardim Guarituba - Piraquara.

A reclamação está sendo feita pelos moradores dessa rua, alegando que a entrega é feita pelo Correio de Pinhais, porém a demora vem causando uma série de transtornos a toda comunidade.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 610

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de tomar providências quanto a entrega das correspondências em Colombo.

A reclamação está sendo feita pela moradora à Rua José Beira da Silva n° 48, a qual afirma que as correspondências não chegam na Caixa Postal, e muitas vezes são trocadas, causando uma série de transtornos a todos, principalmente com referência às contas a serem pagas.

Maiores informações com a Sra. Ivone Almeida Rodrigues, pelo telefone 756-1770.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 611

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de tomar providências quanto aos serviços de entrega de correspondências na Rua Danilo Gomes - Conjunto Nova Era - Boqueirão.

Ocorre que o carteiro não passa por esse local há dois meses, conseqüentemente estão ocorrendo atrasos nos pagamentos das contas enviadas através do Correio. Pede-se que o problema seja sanado o mais breve possível, tendo em vista os transtornos que estão sendo causados a toda comunidade.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 612

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de realizar uma mudança no horário do ônibus Roça Grande/Colombo.

Ocorre que foi colocado mais ônibus nessa linha, porém no horário de 12hs 15min saindo do terminal. A necessidade seria o horário das 11hs 45min por motivo de horário escolar, sendo que muitos alunos estudam no Colégio Santa Cândida e as aulas iniciam às 12hs 10min.

Com o atendimento do presente, muitas pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 613

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de transferir o telefone público que está instalado dentro de uma mercearia próxima ao Posto de Saúde 24 horas do Boqueirão, para o pátio desse Posto. Ocorre que a mercearia fecha à noite e as pessoas não têm como utilizar o telefone e como o Posto funciona 24 horas, estando instalado no pátio do mesmo, evitaria o problema que vem ocorrendo e beneficiaria toda a população.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 621

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, solicitando viaturas para a 13.<sup>a</sup> Subdivisão Policial de Ponta Grossa.

A falta de viaturas está prejudicando o trabalho dos policiais da 13.<sup>a</sup> Subdivisão Policial, que encontram dificuldades de se locomover para atenderem as ocorrências.

Esta medida é necessária e urgente, para que a Polícia Civil de Ponta Grossa possa vir a atender a população de forma adequada.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO N° 622

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a construção de um prédio para abrigar a 26.<sup>a</sup> CIRETRAN, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) EDNO GUIMARAES

## JUSTIFICATIVA:

A Lei Orgânica do Município de Cianorte determina o tombamento do primeiro prédio que abrigou a Prefeitura Municipal estando esse, atualmente, ocupado pela 26.<sup>a</sup> CIRETRAN. Nesse local, conforme afirma documento oficial da Câmara dos Vereadores, pretende-se instalar a Biblioteca Pública e a Casa da Cultura do município. Diante do exposto, torna-se imprescindível o atendimento da presente reivindicação.

## REQUERIMENTO N° 623

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Luis Schwartz, solicitando a liberação de recursos para recapeamento asfáltico na Avenida Independência e Avenida Liberdade no Município de Luiziana.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) NELSON TURECK

## JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação do Prefeito do Município de Luiziana, que liga a PR do referido município a Mamborê, o trecho da estrada necessita do recapeamento asfáltico nas avenidas acima citadas.

As condições do asfalto são precárias, atrapalhando o tráfego da Rodovia de escoamento Campina do Amaral, que é utilizada pela Indústria de Óleo de Soja de Campo Mourão para o Porto de Paranaguá.

## REQUERIMENTO N° 624

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor Luiz Alberto Kuster, solicitando a liberação de duas pontes pré-moldadas para o Município de Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) NELSON TURECK

## JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação do Município de Quinta do Sol, que necessita urgentemente de duas pontes pré-moldadas de 10,50 e 6,00 metros para serem construídas sobre os Rios Ariranhá e Retiro, ambas localizadas na Rodovia Municipal LR 002, ligando o referido município à divisa de Peabiru.

O tráfego de carros de passeio e de caminhões são constantes, prejudicando ainda mais a situação das referidas pontes, pois são de madeiras e se encontram em condições precárias de uso devido as constantes chuvas ocorridas nos últimos meses na região.

## REQUERIMENTO N° 626

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Transporte e Turismo, Sílvio Magalhães Barros II, solicitando a adoção de providência adiante especificada para o Município de Campo Mourão:

- Cobertura para Cancha poliesportiva do Colégio Dom Bosco.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) NELSON TURECK

## JUSTIFICATIVA:

A gravidade da crise social vivenciada pelo povo brasileiro, em muito tem contribuído para o aumento dos índices de marginalização das classes mais carentes. A impossibilidade de acesso ao estudo, ao mercado de trabalho, impele-os quase conscientemente ao disvirtuamento e aos caminhos tortuosos.

A juventude do Município de Campo Mourão tem tido poucas oportunidades para o desenvolvimento de suas aptidões no campo de esportes, lazer e no desenvolvimento físico.

O Colégio Dom Bosco de Campo Mourão, já possui cancha de esportes, necessitando somente de cobertura, pois é localizado

num bairro da cidade com número grande de habitantes e aproximadamente 1.850 alunos, sendo assim não tem condições de ficar com a cancha descoberta.

Com a cobertura desta cancha poliesportiva, proporcionará a juventude desta comunidade se desenvolver em diversas modalidades esportivas, sob qualquer continência climática.

REQUERIMENTO N° 627

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde Doutor Armando Raggio, pleiteando a liberação de recursos financeiros, a fim de se adquirir uma ambulância para Prefeitura Municipal de Luiziana.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A referida ambulância é para que o Município de Luiziana possa dar melhor assistência à saúde da população carente, já que não possui em sua extensão territorial nenhum hospital e necessita constantemente transportar doentes para a Cidade de Campo Mourão.

REQUERIMENTO N° 688

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de tomar providências quanto ao atraso na entrega das correspondências, mais especificamente na Rua Angelo Pianaro, no bairro de Santa Felicidade. Ocorre que a moradora do n° 1800 desta rua recebeu uma correspondência da ECO dia 16/03, a qual foi colocado no Correio dia 04/03 e cujo vencimento para pagamento da mensalidade era 08/03, causando desta forma prejuízo a ela, pois teve que pagar sua dívida com atraso de 08 (oito) dias. Uma outra correspondência nessa mesma residência foi entregue com 12 (doze) dias de atraso, causando também muitos transtornos. Pedese que o problema seja resolvido da melhor forma possível, a fim de contribuir com todos os moradores daquele bairro.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 629

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio do documento aprovado na Assembléia Geral do dia 27 do corrente, anexo ao pre-

sente, ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura solicitando o atendimento das reivindicações nele contidas, com a máxima urgência.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Com as últimas chuvas, os produtores rurais da região Centro-Sul tiveram grandes perdas na produção de feijão.

Em Assembléia Geral realizada dia 27 do corrente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rebouças elaborou o documento anexo no qual solicita providências das autoridades estaduais e federais.

REQUERIMENTO N° 630

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio do documento aprovado na Assembléia Geral do dia 27 do corrente, anexo ao presente, ao Exmo. Sr. Presidente da República e ao Exmo. Sr. Ministro da Previdência, solicitando o atendimento das reivindicações nele contidas, com a máxima urgência.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Com a edição da Medida Provisória n° 598, de 29.08.94, os trabalhadores rurais estão sofrendo sérias dificuldades para poderem se aposentar.

Em Assembléia realizada dia 27 do corrente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rebouças elaborou o documento anexo, no qual solicita providências das autoridades federais.

REQUERIMENTO N° 631

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio do documento aprovado na Assembléia Geral do dia 27 do corrente, anexo ao presente, ao Exmo. Sr. Presidente da República e ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, solicitando o atendimento das reivindicações nele contidas, com a máxima urgência.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Com as últimas chuvas, os produtores rurais da região Centro-Sul tiveram grandes perdas na produção de feijão.

Em Assembléia Geral realizada dia 27 do corrente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rebouças elaborou o documento anexo no qual solicita providências das autoridades federais.

REQUERIMENTO N° 632

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa Executiva desta Assembléia Legislativa do Paraná, com fulcro no art. 55 da Constituição Estadual e 135 do Regimento Interno deste Poder, pedido de informações ao Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Miguel Salomão, para no prazo de 30 (trinta) dias, conforme parágrafo único do mesmo dispositivo constitucional supra-avocado, responder as seguintes questões:

1º) Quais as empresas tomadoras de dinheiro do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, na agência de Nova York, nos Estados Unidos da América do Norte?

2º) Respectivamente, relacionar nome e composição do capital social das firmas tomadoras.

3º) Se a agência do BANESTADO, em Nova York, tem sido captadora de dinheiro para investimento no Paraná?

4º) Caso positivo, quem são estes investidores?

Outrossim, o signatário ressalta que tal pedido reveste-se de suma importância, face notícias sobre fuga de capital brasileiro para o exterior, e que vem sendo retornado em forma de investimento e moeda forte, afetando a economia interna.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### REQUERIMENTO N° 633

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Alexandre Fontana Beltrão, Secretário de Estado de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, solicitando:

1. Foram criados cargos comissionados para a Universidade do Oeste - UNIOESTE.

2. Relação completa de cargos comissionados e funções gratificadas implantados, ou em processo de implantação.

3. Relação dos nomeados, por campus (Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Foz do Iguaçu, Reitoria, Hospital Universitário), com a respectiva portaria de nomeação, informando: qualificação profissional, salário e vantagens.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### Projeto de Resolução:

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 08/95

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização do plebiscito, na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de LAJEADO, desmembrado

do Município de Rio Negro - PR.

Começa no Rio Lajeado dos Cordeiros até encontrar a linha que liga Campina dos Martins a Campina dos Anjos; daí em linha seca até as proximidades de Campina Bonita.

De Campina Bonita segue até o Ribeirão do Ouro, passando em linha reta até a divisa com o Município de Campo do Tenente - PR.

Com o Estado de Santa Catarina, começa no encontro do Rio dos Cordeiros com o Rio Negro, segue pelo Rio Negro até encontrar a divisa do Município de Piên com o Rio Caçador. Segue pelo Rio Caçador até as divisas dos Municípios de Piên com Campo do Tenente - PR. Segue pela divisa do Município de Campo do Tenente até encontrar a linha seca, nas proximidades do Ribeirão do Ouro, divisa do Município de Campo do Tenente, ponto inicial.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA:

Atendendo desejo da população do Distrito de Lajeado, apresentamos o presente projeto de resolução para que a mesma população, através do voto, decida sobre a criação do município.

Lajeado é um distrito que possui vida própria, fica distante da sede, que é Rio Negro, mais de 50 km em estrada de chão.

Passando a município, terá um melhor atendimento, participando como os demais, das vantagens da autonomia. Esperamos atender os anseios daquela população, cumprindo promessas anteriores.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N° 078/95

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a obrigar as empresas produtoras de bebidas alcoólicas do Estado do Paraná, a inserir nas embalagens e materiais de promoção e divulgação de seus produtos, mensagens de alerta ao consumidor sobre os riscos provocados por estas à saúde.

Parágrafo Único - Entende-se por bebida alcoólica, aquela com dosagem alcoólica superior a dois graus.

Art. 2º - As mensagens de alerta devem ser escritas ou faladas, conforme os casos previstos no Art. 1º desta lei, tendo como frase básica: "O ÁLCOOL É PREJUDICIAL À SAÚDE".

Art. 3º - As dimensões, o tempo de veiculação e as demais ações reguladoras da presente lei, serão definidas pelo Governo do Estado do Paraná no prazo de noventa dias.

Art. 4º - As empresas produtoras de bebidas alcoólicas do Estado do Paraná, sujeitas a esta lei, têm o prazo de sessenta dias após a regulamentação prevista no Art. 3º desta lei, para se enquadrarem às suas disposições.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Os evidentes prejuízos causados à saúde e os sérios riscos à vida gerados pelo uso abusivo do álcool são mais que suficientes para justificar, restringir e desestimular o consumo de bebidas alcoólicas e outros derivados.

O álcool está constantemente associado a milhares de acidentes de trânsito e a centenas de assassinatos. Assim, muitos lares são destruídos pela bebida alcoólica. O problema se agrava quando identificamos as empresas produtoras de bebidas alcoólicas se utilizando da propaganda como uma de suas principais estratégias para ampliar as vendas, sem realizar efetivamente o alerta necessário sobre os riscos de seus produtos.

É preciso alertar a população sobre a violência que a bebida alcoólica está gerando, não somente em nosso Estado, mas em todo o País.

Pela relevância da matéria e pelos benefícios que oferece à comunidade, contamos com o apoio dos ilustres Parlamentares para a aprovação desta proposição.

PROJETO DE LEI Nº 088/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada como Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Bocaiúva do Sul, com sede e foro no Município de Bocaiúva do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.95

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Bocaiúva do Sul, é uma entidade civil de caráter filantrópi-

co, que tem por finalidades precípua manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados destinados ao tratamento, educação, reabilitação e inserção social do excepcional; promover meios para o desenvolvimento de atividades extracurriculares; estimular o trabalho dos excepcionais por meio de exposições, oficinas produtivas e das medidas que forem julgadas necessárias; esclarecer, orientar e auxiliar os pais e amigos na conduta relativa aos excepcionais; promover medidas comunitárias de âmbito municipal e regional, que visem assegurar o ajustamento e o bem-estar do excepcional onde quer que se encontre; levar o público a conhecer melhor problema do excepcional e cooperar com as entidades interessadas no mesmo problema.

Em suma, o trabalho com os excepcionais, de caráter extremamente sacrificial, ao mesmo tempo altamente recompensador, reveste-se de imensa importância social, tendo em vista a intensa atenção dedicada aos excepcionais, procurando a efetiva inserção dos mesmos na sociedade, para que tenham uma vida o mais próximo possível do normal, contribuindo, inclusive com o soerguimento da sociedade.

Assim, tendo em vista os motivos acima elencados, e que o presente projeto de lei merece ser aprovado por esta douta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 089/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Civil Santa Gemma, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.95

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Civil Santa Gemma, é uma entidade de direito privado, sem fins econômicos, filantrópicos e tem por finalidade criar, congregar, dirigir e manter, instituições de caráter beneficente, educativo, cultural, de evangelização e de promoção social que visem a educação, a assistência e a saúde, e preenche todos os requisitos necessários para ser declarada de Utilidade Pública, razão pela qual solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa à aprovação do projeto de lei em apreço.

PROJETO DE LEI Nº 090/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica revogado o artigo 2º da Lei Complementar nº 56/91.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.95

(aa) NEREU ALVES DE MOURA

DUÍLIO GENARI

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

CARLOS SIMOES

Apoio: Sâmis da Silva, Toti Colaço e Edgard Bueno.

## PROJETO DE LEI Nº 091/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor Genir Crestani.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.95

(a) NEREU ALVES DE MOURA

## PROJETO DE LEI Nº 092/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anuir na doação, da Fundação Universidade Estadual de Maringá à União, do Lote de Terras 138-138-A/2, da Gleba Ribeirão Maringá, no Município de Maringá, a seguir descrito:

"Com o Lote 138-138-A (remanescente) com as seguintes confrontações: NO 68°57'49" SE com 102,22 metros; NE 19°57' NE com 158,10 metros; NO 70°03' SE com 115,29 metros; NO 89°38'12" SE com 105,29 metros; NE 00°57'00" SO com 127,90 metros; SE 70°03' NE com 326,06 metros; com a Rua Alencar de Oliveira Paiva com as seguintes confrontações: SE 11°32'17" NO com 101,40 metros; SO 09°58'16" NE com 42,04 metros e finalmente no Raio de 678,16 metros com Ds. de 121,27 metros."

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo anterior deverá ser utilizado exclusivamente para a construção de uma Unidade Descentralizada do Centro de Formação Tecnológica do Paraná, no Município de Maringá.

Art. 3º - Fica o imóvel objeto da doação gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 4º - Caso seja dada destinação

diversa ao imóvel objeto da doação, o mesmo reverterá automaticamente ao patrimônio do Estado.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 03.04.95

(aa) ANIBAL KHURY

JOEL COIMBRA

## JUSTIFICATIVA:

Assim como já foi adotada pela Universidade Federal do Paraná, a política de descentralização do ensino tem por finalidade proporcionar a um maior número de pessoas, o acesso à educação.

Tem ainda, por finalidade, a descentralização do desenvolvimento regional, com a formação de vários centros de informação e pesquisa.

Deste modo, pedimos o apoio dos nobres Deputados, para que apóiem esta nossa proposição, de elevado valor social.

Finda a leitura do Expediente.

Associando-se ao Deputado Edgard Bueno anunciamos a presença em nosso Plenário do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel, Vereador Severino Follador, e ainda o Presidente do PSDB de Cascavel, Vereador Carlos Beal que muito nos honram com suas visitas.

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou relembrar um pouquinho o passado. O Governador é diferente do Vereador, do Deputado Estadual ou do Federal, ele vai à televisão e apresenta o plano de governo de uma maneira extraordinária, porque o marketing de uma televisão transforma o programa de governo, seja do Deputado Estadual - não do Deputado Federal que tem apenas 15 segundos às vezes são 30 segundos. Quando ele é chamado para descer o cacete em alguém é que ele pode falar 5, 10 minutos. Quando, naturalmente ele tem cinco minutinhos: "Meu nome é tal, meu número é tal, vota em mim, até logo e passar bem." A vida é assim. Agora quando você é chamado para descer o cacete em alguém, aí você pode falar 10, 15, 20 minutos.

Mas, lembro-me que na primeira legislatura tentei apresentar este projeto, me chamaram de louco! Na segunda legislatura apresentei o projeto e me disseram: - "Transforme o projeto em autorizatório." Autoriza o Governo. Reuni-me com o Deputado Ernani Pudell, fui ao Gabinete dele, trocamos idéias, me lembro que na época troquei uma série de idéias também com o Deputado Rosinha, a respeito desse projeto, e falei: - "Vou colocar este projeto

em prática."

Trouxe ao Plenário o projeto, pasmem os Senhores, foi aprovado por unanimidade! Foi sancionado pelo Senhor Governador, mas eu não sei se foi medo dos cartéis, se foi medo da máfia que domina a bebida alcoólica, neste Estado e neste País, porque recentemente o Ministro da Saúde ganhou, considero a maior batalha da história deste País, porque agora, Deputado Belinati, agora Deputado Romanelli, toda propaganda do cigarro, quando aparecer o cigarro, o locutor vai ter que dizer:

O Fumo é prejudicial à Saúde. O locutor dizer! Não adianta colocar apenas a tarja.

Estou entrando com um projeto, mas, lamentavelmente, já me copiaram. Na campanha política, Deputado Belinati, usaram o meu projeto no horário eleitoral. Primeiro, usaram o meu projeto do cursinho gratuito para os estudantes carentes do Paraná. Foi um projeto autorizatório. Aí chegaram à televisão e copiaram minha idéia.

Prometiam o cursinho gratuito, usaram meu projeto no horário eleitoral do TRE.

E, se não bastasse, no final do ano passado eu estava em casa e vejo outro projeto sendo colocado em prática no Paraná. Aparece não sei quem na televisão e diz: "Senhores e Senhoras a partir de agora toda bebida alcoólica do meu Estado vai ter que ser colocado que o álcool é prejudicial à saúde, que o álcool não sei o quê..." Pensei: - Ué, mas esse projeto é meu! O que está acontecendo?

Você cria as idéias e os outros copiam! Os outros copiam!

Então estou entrando com projeto hoje, nesta Casa, autorizatório. Faz, se quiser, porque se o Governo tiver vergonha na cara ele enfrenta os cartéis. Porque é muito bonito ver o Jô Soares na televisão, aparece ele no boteco da Rede Globo sendo servido por um barman, que, primeiro, coloca o gelinho, mói o gelinho. Aí põe o rum. Aí o Jô com brinquinho, dá um tapinha e diz: "Que delícia!" Como se o Rum Bacardi transformasse a vida do ser humano. Como se você bebesse, você caminhasse para uma outra galáxia, como se você - tomando uma dose de Drury's - a tua vida iria se transformar: você anda de avião a jato, vai para Paris, vai para Inglaterra, você vai visitar o gabinete do Menem... é a melhor coisa do mundo!

Agora, para aparecer o diabo de um camelo na televisão, ele vai para fora, vê uma camela, dá uns beijo nela e tudo bem. O camelo fica com a camela, é aquela festa na televisão e as crianças em casa vendo. Quer dizer, tudo isso aí. Agora, não aparece na televisão que o álcool é prejudicial à saúde. Não aparece. É como o caso da camisinha que eu disse aqui: só existe

AIDS na época do carnaval. Teve um burro, um idiota lá em Brasília que achou que a AIDS só dá no carnaval. Se você fizer sexo você pega AIDS. Terminou o carnaval você não pega mais AIDS. Aí você não precisa mais usar camisinha. Esse é o País da hipocrisia, é o País da idiotice, é o País da sacanagem, é um País que é um festival de besteiras.

Estou entrando hoje, nesse Parlamento, com o seguinte: "Fica o Poder Executivo autorizado a obrigar as empresas produtoras de bebidas alcoólicas do Estado do Paraná, a inserir nas embalagens e materiais de promoção e divulgação dos seus produtos, mensagens que alertem o consumidor sobre os riscos provocados por essas, à saúde.

Parágrafo Único: "Entende-se por bebida alcoólica, aquela com dosagem alcoólica superior a 2 graus". "As mensagens de alerta devem ser escritas nas latas ou garrafas e faladas em rádio e televisão conforme os casos previstos no artigo 1º dessa lei, tendo como frase básica 'O álcool é prejudicial à saúde.' As dimensões o tempo de vinculação e as demais ações reguladoras da presente lei, serão definidas pelo Governo do Estado do Paraná no prazo de 90 dias. As empresas, produtoras de bebidas alcoólicas do Estado do Paraná, sujeitas a essa lei, têm o prazo de 60 dias, após a regulamentação prevista no artigo 3º dessa lei, para se enquadrarem às suas disposições."

Agora, prestem bem atenção, Senhores Deputados. Estou entrando com uma lei, autorizando o Governo do Paraná a enquadrar a máfia da bebida alcoólica, o cartel da bebida alcoólica, a colocar, nas suas embalagens, não em letra que você precisa de uma lente de grau para ler, porque se você, Deputado Chab pegar a garrafa de bebida alcoólica hoje, vai ver numa letra minúsculazinha, mas bem pequenininha, que o álcool é nocivo à saúde, que tem tantos graus, que o álcool é não sei o quê... Agora, o que estou pretendendo com esta lei, é colocar na garrafa, como tem no maço de cigarros, na garrafa, seja ela de cerveja produzida no Paraná, ou seja de aguardente produzida no Paraná, todas as fábricas de bebidas alcoólicas do Paraná vão ter no rótulo: "O álcool é prejudicial à saúde" e pedi para um Deputado Federal entrar com essa lei em Brasília, e o Deputado Paulo Bernardo me pediu esse projeto, porque pedi para um Deputado entrar, o projeto desapareceu. Não sei o que aconteceu lá. Não sei. Pedi para um Deputado entrar. Ele falou: "Alboghetti, você tem um projeto, me dá esse projeto para eu entrar em Brasília..." eu fiquei todo eufórico. Falei: "Eu vou lá".

Cheguei lá, bateram o projeto, foi para uma comissão, depois foi para outra comissão, desceu lá para baixo para outra comissão e aí pulou para cima, para outra

comissão e sei que até agora nem sei em qual comissão, porque lá têm 312 comissões e não sei em qual das 312 está escondido o projeto. Aí o Deputado Paulo Bernardo que é do PT me pediu esse projeto, para entrar em Brasília novamente e eu, com a maior felicidade falei: "Vou dar para você entrar", porque é em âmbito nacional, mas até agora nada também.

Então estou entrando com esse projeto, estou autorizando, se o governo tiver vergonha na cara, tiver peito de encarar o cartel da bebida alcoólica no Paraná, se tiver coragem, de encarar a máfia da bebida alcoólica no Paraná, esse projeto vai ser colocado em prática. Todá a bebida alcoólica tem que ter a seguinte palavra: "O álcool é prejudicial à saúde."

Estou entrando com esse projeto, acredito nos Deputados que aqui estão, nos velhos como o meu companheiro Tavares, como o Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk e acreditando nos novos como Chab, como Romanelli, como Tureck, como o Antonio Belinati, como o meu querido líder Algaci Túlio que tem as mesmas idéias que tenho, estou acreditando em todos os Senhores Deputados. O meu projeto é idêntico ao seu, Deputado César Seleme. O senhor viu nos jornais desta semana? Não?

O senhor pediu no seu projeto para colocar aquele vidro bonito na frente no banco. O ladrão passa, se estiver armado já apita lá, toca uma sirene, o ladrão tem que sair correndo. O senhor viu no jornal de domingo? A máfia já está contra o senhor, a máfia não quer o seu projeto, não.

O senhor tem que tomar cuidado, hein! A máfia diz que o seu projeto não é importante, que vai gastar muito dinheiro, que não dá resultado.

E esta semana houve dois assaltos a banco. Sabem qual a arma dos homens? Metralhadora. Aquilo que a polícia do Paraná não tem, eles tinham. Assaltaram dois bancos esta semana no Paraná. Na Capital invadiram o banco com granadas, com armas pesadas, de último calibre, e a polícia teve que ficar escondida debaixo do muro. É assim.

Vocês viram o caso do Rio de Janeiro? No Rio de Janeiro vocês viram? Sessenta homens fecharam, como chama, aquela linha vermelha do Rio de Janeiro, sessenta homens, todos os carros que passavam, eles metiam a metralhadora. A trinta metros tinha um módulo da Polícia Militar. Você viu Chab? A trinta metros, a trinta metros! Aí, um médico que foi assaltado, correu lá no posto e falou: "Eu fui assaltado". Ele falou: "Fique quietinho aqui, vamos nos esconder aqui até os homens assaltarem todo mundo, aí a gente dá um jeitinho de aparecer, fazer um carnavalzinho que nós fomos atrás". Que nada. Lá manda o bandi-

do, mas não manda a polícia.

E aqui estou, entrando com um projeto e tenho certeza que os Deputados sérios, honrados, de caráter, que tem de si, antes de pensar em si, vão aprovar este projeto e espero que o Governo Jaime Lerner enfrente o cartel da bebida alcoólica no Paraná, a máfia da bebida alcoólica, seja no rádio, na televisão ou nas embalagens, esteja escrito: "O álcool é prejudicial à saúde".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o horário destinado ao Pequeno Expediente.

Concedemos a palavra, no Grande Expediente, ao Deputado Péricles de Mello, dizendo também que por uma deficiência técnica aqui, a campanha do horário destinado a alerta dos Senhores Deputados, não funciona e então faremos verbalmente.

Com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, jornalistas presentes nesta tarde na Assembléia Legislativa.

Pela terceira vez subo à tribuna desta Casa de Leis para fazer referências a uma obra iniciada há pouco tempo pelo Governo Jaime Lerner, obra relativa ao canal extravasor, ao canal de alívio de enchentes, como queiram, paralelo ao rio Iguaçu.

Hoje posso dizer com toda a convicção que estou plenamente convencido de que se trata do primeiro escândalo em obras públicas do Governo Jaime Lerner. Um processo para o qual o melhor adjetivo seria capitiano, tal o absurdo como ele se desenvolve na tentativa desesperada, diria mesmo insana do Governo, de tentar provar à opinião pública que estas obras poderiam ser feitas sem licitação, apropriando-se de maneira equivocada da nova lei de licitações do nosso país.

Vamos tentar, inicialmente, discutir o caráter de emergência de uma obra pública, citando alguns exemplos didáticos que facilitam a nossa compreensão.

Em Ponta Grossa, durante o período das chuvas, uma erosão na base de sustentação de um edifício trouxe uma situação de urgência, de emergência. Ou seja, cada minuto, cada segundo que se perdesse na realização da obra de recuperação da fundação do prédio, poderia colocar em risco a população daquele prédio. A população foi evacuada e imediatamente as obras começaram a ser feitas. Esta é uma obra típica que dispensa licitação!

Vamos ver outro exemplo: o problema da Rodovia Ponta Grossa - Curitiba, que no período das chuvas, das enchentes, houve

erosão no trecho da Serra de São Luiz do Purunã, está novamente caracterizada emergência, porque cada dia que se perde na realização dessa obra é um prejuízo social enorme! O número de acidentes aumenta, o consumo de combustível aumenta, o tempo que os caminhões e automóveis demoram para fazer aquele trecho aumenta, trazendo prejuízo para a sociedade paranaense e brasileira. Esta é uma obra de emergência, porque também do ponto de vista técnico, o prazo para esta obra ser feita independe se contratarmos uma, duas ou três, ou dez empresas, porque não resolve o problema, é um problema de assentamento de camadas, não é o número de máquinas que vai dizer se esta obra vai ser feita mais devagar ou mais depressa.

Diferente é a questão de um canal extravasor, que podemos também comparar à construção de uma rodovia. Ora, uma rodovia de 20 quilômetros pode ser feita em mais ou menos tempo, dependendo do número de máquinas que estão sendo usadas para construí-la. Se pegamos uma rodovia de 10 quilômetros e dividimos em 10 trechos de um quilômetro cada, e contratamos 10 empresas, para que cada uma realize um quilômetro de rodovia, podemos reduzir o tempo da obra em até 10 vezes, no caso oposto se contratássemos apenas uma empresa com o mesmo número de máquinas.

Pois bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o canal extravasor do Senhor Jaime Lerner, é uma obra semelhante ao caso da rodovia, é um canal paralelo ao rio Iguaçu. O custo de construção do canal é um custo fixo, pode ter, no máximo, uma diferença financeira, apenas. O Governo tem várias alternativas: ele pode dividir a obra do canal em três partes, como fez o Senhor Jaime Lerner, e demorar 4 meses para construir o canal; pode dividir em nove trechos, ao invés de pegar três firmas, pegar nove e demorar um mês e dez dias para construir o canal, ao mesmo custo, a não ser um possível percentual financeiro porque ao invés do Estado pagar em quatro parcelas mensais ele vai pagar em quarenta dias o custo total da obra.

E o que deve fazer um Governo sério, se uma obra é efetivamente de emergência, uma obra que coloca em risco a população? Ele deve diminuir ao mínimo possível o prazo dessa obra! Se há risco, se há problema para a população que mora às margens do rio Iguaçu, o Governo não tem que esperar seis meses não, ele pode realizar a obra, em dois meses apenas! Basta que ele contrate mais empresas e coloque mais máquinas trabalhando e ele fará essa obra em dois meses apenas!

Esse argumento, qualquer criança entende. E tenho certeza que o Poder Judiciário deste Estado também saberá compre-

ender esse argumento que prova, de maneira lógica apenas, a falácia da construção do canal do rio Iguaçu, sem que se faça uma licitação!

Concedo o aparte ao Deputado Ricardo Chab.

O Sr. Ricardo Chab - Deputado, eu gostaria, a título de orientação à sua pessoa, quando o senhor tocou no que diz respeito à população que vive à margem do canal extravasor, colocar que, na sexta-feira, fui procurado por uma comissão de moradores do Jardim São Judas Tadeu. Fica ali em São José dos Pinhais e os moradores estão apavorados, porque as obras já avançam em direção ao bairro, não houve nenhum trabalho preventivo de retirar as pessoas que moram ali. São cerca de 350 famílias instaladas no Jardim São Judas Tadeu, todas elas proprietárias das terras, não é uma área de ocupação, de invasão. Pelo contrário, são pessoas que recolhem os seus impostos, pagam o seu IPTU e não houve a preocupação, por parte do Governo, desse trabalho preventivo.

Há um clima realmente de muita tensão e isso quero colocar, a título de colaboração com relação a esse trabalho que o Deputado vem desenvolvendo, de descobrir toda a verdade a respeito do canal extravasor.

Quero ser solidário com a perseguição de sua pessoa, em busca da verdade do canal extravasor.

Obrigado.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Obrigado pelo aparte, Deputado Ricardo Chab.

Em contato com a população de São José dos Pinhais, soube que flagelados das enchentes esperam há alguns meses, recursos do Governo do Estado para poder sobreviver.

O Sr. José Maria Ferreira - Solicito um aparte.

(Assentimento).

Vossa Excelência toca numa questão muito importante e traz de imediato, a forma como este governo pretende fazer as suas obras. Tivemos a informação de que não tem o projeto do Executivo. Tivemos informação de que não tem rima, não tem licitação. Um governo que pretende realizar uma obra desse porte, não pode usar esses expedientes. E tem mais, o Banco Mundial não considerou a obra como prioritária e como solucionadora dos problemas. Tanto é que não financiou, recusou-se a colocar dentro do programa financiado pelo Banco Mundial, para que fosse financiado. Então, não tem projeto de emergência. Existe a vontade - e Vossa Excelência co-

locou muito bem.

O governo tenta, com esta colocação, criar a condição para a imprensa e para a própria população que está resolvendo o problema. É um engodo. Não resolve. Pode amenizar, mas o problema vai ficar e vamos ver o dinheiro público sendo gasto e sem ter a finalidade da recomposição da situação para aqueles moradores que Vossa Excelência acaba de dizer que na última enchente não receberam ajuda do governo.

É nessa questão que considero o brilhantismo dessa sua colocação e a oportunidade desta Casa, sem nenhuma levandade, discutir a questão.

Temos uma série de informações que traremos em oportunidade futura e corroborando com as colocações que Vossa Excelência aqui faz.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Obrigado, Deputado José Maria.

Concedo aparte ao Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli - Quero cumprimentá-lo por sua coragem de vir a esta tribuna e denunciar o que também considero - como bem Vossa Excelência ressaltou - o primeiro escândalo do governo Jaime Lerner, porque trata-se de uma obra que é para beneficiar empreiteiras e não para beneficiar a população ribeirinha do Rio Iguaçu.

Vossa Excelência, com muita propriedade, como engenheiro que é, relata em quais casos deve ser aplicada a Lei nº 8.666 no seu art. 24, que prevê a dispensa de licitação, e este caso do canal extravasor do Rio Iguaçu não se aplica o art. 24 da lei nº 8.666.

Tenho certeza que o Tribunal de Contas não aprovará a contratação desta obra. Verifiquei pessoalmente - recentemente, as obras que estão ali sendo executadas e é muito questionável, as máquinas que estão trabalhando, pertencerem às empreiteiras que foram contratadas. Parece muito mais um jogo de cartas marcadas para beneficiar alguns que vão, seguramente, enriquecer com a realização desta obra. E o governo poderia, de forma absolutamente irresponsável, gastar 60 dias e fazer uma boa concorrência pública para executar essa obra e não criar, na verdade, uma obra que é motivo de suspeição, da boa fé do Governador que assinou liberando a licitação desta obra. Que seguramente ele, foi o Governador Jaime Lerner induzido a erro pela sua assessoria, porque essa obra se caracteriza como emergência. Ao contrário, o canal extravasor faz parte do PROSAN que está com seu cronograma atrasado, mas atrasado até porque o estudo hidrológico do próprio canal não está pronto. Estão ali topógrafos, trabalhando, para poder

ver aonde vão cavar, quando, na verdade, até hoje, a SUCEAN não terminou o estudo hidrológico para ver a vazão das águas no caso das cheias do Rio Iguaçu.

Por isso, Deputado Péricles, esta obra do canal extravasor, soma a 34 milhões de reais. É uma obra que preocupa a todos nós, porque se ela é - e é mesmo - uma boa solução que o PROSAN apresenta para as cheias, é, na verdade, executada da pior forma possível, através da contratação de empresas que não foram selecionadas em setores que possibilitassem a compra dos serviços pelo menor preço.

Por isso, Vossa Excelência, de forma muito corajosa, séria, competente, vai a essa tribuna e denuncia que é, na verdade, o primeiro escândalo do Governo Lerner.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Obrigado, Deputado Romanelli.

Mais que isso, Deputado Romanelli, trata-se de contratação de máquinas e equipamentos, não existe projeto, como bem afirmou o Deputado José Maria, existe um traçado de uma carta aerofotogramétrica.

Pois bem, para fazer uma licitação desse tipo, que é simples contratação de máquinas e equipamentos, o governo pode levar, no máximo, um mês! Vou ler um trecho do parecer da Procuradoria Geral do Estado sobre o qual se sustenta a posição do governo. É interessante escutar essa passagem do Parecer da própria Procuradoria Geral do Estado:

"Muitas vezes a administração contrata rapidamente e o objeto contratual é executado com lentidão. Assim, deve a administração tomar cuidados tais como: a) determinar o prazo máximo possível para a execução do objeto contratual levando em conta os interesses da parcela da sociedade beneficiada ou a ser beneficiada; b) verificar se esse prazo pode ser cumprido, mesmo que realizada a licitação."

Repito: "Verificar se esse prazo pode ser cumprido mesmo que realizada a licitação"! Ou seja: o governo do Estado poderia muito bem realizar a licitação e terminar a obra em menos de 6 meses. Bastava dividir o trecho do canal em maior número de partes e contratar um maior número de empresas e colocar um maior número de máquinas trabalhando ao mesmo custo global. Isso está no Parecer da Procuradoria Geral do Estado do Paraná. Parecer em que se sustenta a posição do Governo para realizar obra sem licitação.

Mas, Senhores Deputados, por outro lado, o que vai revelar o caráter catequiano desse processo, o que vai revelar claramente que o governo agiu de má fé, agiu de tal forma a induzir que a obra que não poderia ser feita em menos tempo, 6 meses. É a discussão técnica do caráter de emergên-

cia da obra. Os próprios documentos técnicos do processo que me foi encaminhado e que distribuí para alguns Deputados. Os técnicos dizem o seguinte, sobre as enchentes de Curitiba: "A cheia ocorrida em janeiro deste ano, quando foi estimada um número de 6 mil desabrigados, teve as seguintes características: o tempo de retorno da precipitação foi de 120 a 165 anos, o tempo de retorno da cheia foi de 60 a 70 anos.

O que é tempo de retorno? O tempo que retorna a acontecer, numa linguagem simples. Se uma enchente aconteceu hoje e ela retorna a acontecer daqui a 70 anos, o tempo de retorno da enchente é 70 anos, ou seja, a probabilidade de uma enchente dessa acontecer no próximo ano é de um para setenta. Divide-se um por 70 e se tem a probabilidade que essa enchente volte a acontecer no próximo ano, o que vai dar uma probabilidade de 1,67% que esta enchente volte a acontecer em janeiro do próximo ano.

Se fizermos o cálculo de risco que a enchente aconteça durante o prazo de seis meses, que acontece a obra, vai cair para 0,5%, em seis meses. Mas vamos dizer, então, que a obra vai ser feita em 8 meses, ao invés de seis, por que ele vai gastar dois para fazer licitação nos mesmos termos, o risco, 0,5 aumenta para 0,58, 0,08%, o milésimos por cento, oito décimos de milésimos por cento, é o risco que acontece um mês depois dos seis meses pré-fixados.

Tudo o Governo organiza para fazer o acerto. Esta suspeição podemos dizer aqui da tribuna desta Casa e nos responsabilizamos por ela, porque se em primeiro lugar a obra não tem este caráter emergencial que o Governo alega e em segundo lugar a obra pode ser feita em menos tempo, mesmo o Governo realizando licitação, é evidente que o Governo fez um acerto com empreiteiras e apenas com três, porque as três com as máquinas que dispõem demorariam os quatro meses que faltam para completar os seis para poder construir as obras. Não há outro argumento lógico a não ser esse argumento que deve ser apresentado ao Poder Judiciário deste Estado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, analisando o processo mais uma vez, entregamos a alguns Deputados as propostas de preços apresentada por duas empresas. Vou ler algumas questões: a primeira empresa é a Empo (?), apresenta uma proposta de preço; a outra é a Avanço. As cartas que as duas empresas dirigem ao Governo são exatamente iguais, inclusive os erros gramaticais grosseiros que tem numa das cartas e se reproduz na outra. Vou ler. Na carta da empreiteira Empo diz o seguinte: "As medições serão mensais, fechadas no

último dia útil do mês, efetuados até 15 dias à data da medição." Vamos ver agora a carta da empresa Avanço: "As medições serão mensais fechadas no último dia útil do mês e os respectivos pagamentos até 15 dias à data da medição, em vez da data da medição." No último trecho: "ficará por conta da SUCEAM (?) a entrega das áreas de execução dos serviços devidamente liberados e disponíveis para a instalação dos equipamentos, que reproduz o mesmo texto na outra carta.

Mais grave ainda. O número de máquinas das duas empresas é exatamente igual e o preço da hora de cada máquina também exatamente igual e a tabela é exatamente igual, é feito no mesmo computador, no mesmo papel, pela mesma pessoa. Está aqui a tabela de aluguel da Construtora Avanço. Ela tem uma escavadeira mecânica 22B, três escavadeiras mecânicas 38B e assim por diante e tem o preço do lado direito, o preço da hora produtiva e da hora improdutiva. Na outra proposta, exatamente igual, não tem diferença nenhuma. A empresa Empo tem o mesmo número de máquinas, as mesmas máquinas da empresa Avanço, o preço da hora, o custo da hora de cada máquina é exatamente igual e o custo da hora improdutiva é também exatamente igual. Essas duas empresas.

E outras coisas que nos fazem estranhar o processo. No dia 3 de março a empresa Avanço que tem o mesmo número de máquinas da empresa Empo, manda uma carta ao Executivo dizendo que ela desiste de realizar a obra porque demorou muito e não vai poder concluir no prazo estipulado. Mas a Empo que tem o mesmo número de máquinas de Avanço não desiste e a Avanço se retira. Quem é a empresa Avanço? Quem é o dono dela? Presidente do PFL deste Estado do Paraná que apoiou sabidamente o Governador Jaime Lerner. Ele se retira dia 3, mas no mesmo dia 3 uma outra empresa no mesmo dia três remete uma carta desistindo da obra já tem outra carta de outra empresa, querendo pegar a obra, pelo mesmo preço anteriormente estipulado pelo Governo, exatamente igual.

Mais que isso, Srs. Deputados, o termo de referência, que é o documento técnico básico no qual deve se sustentar todo o processo de construção do Canal, não vem datado o processo. E é estranho porque tem uma metodologia de processo no Poder Executivo, que está na frente, que foi mandado pelo líder do Governo, e o documento vem sem data! E mais grave ainda, neste documento está o nome da nova empresa, não está o nome da Avanço, já aparece o nome da nova empresa que no dia 3 de março substituiu a empresa Avanço!

São questões que estão no processo de construção do canal! Agora o mais grave é

a análise dos preços pelos quais foi contratado o canal. Nós vamos dar alguns exemplos apenas de um relatório técnico que um amigo nosso, de Ponta Grossa, engenheiro nos fez. Fez uma análise de preços de dezembro no Paraná, e já são preços, segundo ele me afirmou um pouco acima do preço de mercado, e nós vamos comparar algumas máquinas. Acho que devo ter trocado os documentos, peguei o relatório das enchentes e deixei no Gabinete. Mas eu já li anteriormente, nesta mesma tribuna, tem 4 máquinas que têm uma diferença entre 30 e 60%. O preço que o Governo estabelece, para a contratação das obras varia entre 30 e 60% a mais do que o preço tomado na revista de construção, no mês de dezembro, no Estado do Paraná.

Por outro lado, acompanhando o orçamento que o Governo faz da construção do canal, que é o orçamento estimativo, porque não há projeto, e por isso estimativo, o Governo estima que vai gastar isso, porque não tem Projeto para colocar em licitação, ele tem apenas estimativa em cima de um traçado sobre uma carta aerofotogramétrica, a estimativa é de dois milhões de reais. Em termos exatos, o valor estimado do custo do canal é de dois milhões, vinte e oito mil, e quinhentos e cinquenta reais.

Esse mesmo documento do Governo, quando se transforma em contrato com as empreiteiras, repito o custo estimado é de dois milhões vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta reais, no contrato aparece uma cláusula que diz o seguinte: - "O valor a ser pago é de até quatro milhões de reais." Ora, é evidente que se o custo é estimado o Governo pode gastar mais ou menos do que aquilo que ele estimou, então até é normal fixar um teto acima daquilo que ele estimou. Mas fixar um teto 97,2% a mais do que o valor estimado pelos técnicos do Governo, quando quem conhece obra pública sabe que uma das formas de se roubar é na hora de medição da obra, em que se escava X metros cúbicos e depois diz que se escavou 3X metros cúbicos para pagar mais dinheiro dos cofres públicos.

Isso é lamentável quando os moradores da região do Vale do Iguaçu, aqui na região metropolitana estão desesperados porque pedem ao Prefeito de Curitiba, pedem ao Governo do Estado a liberação de um milhão de reais para terminar com seu flagelo e o Governo não tem! Agora este mesmo Governo coloca num contrato, apesar do valor estimativo de dois milhões que ele pode pagar até quatro milhões de reais.

Concedo o aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado, ouço pela segunda ou terceira vez a insis-

tência de V.Exa. em trazer este assunto à tona. E sinto um determinado constrangimento até, e V.Exa. deve sentir um vazio até, porque V.Exa. tem avaliado, tem trazido documentos, dados, números e esse assunto não tem merecido a repercussão que ele deveria merecer. E eu me preocupo com uma coisa fundamentalmente.

Essa obra, seguramente será construída com recursos ou parte de recursos de organismos internacionais. O Paraná no curso dos anos de muitos Governos, tem primado pela aplicação dos recursos externos da melhor maneira possível e muitos programas nossos, do Paraná, têm servido como referência ao Banco Mundial e tem portas abertas o nosso Estado, de financiamento, exatamente por causa disso.

Veja V.Exa.: a sua denúncia é oportuna, porque ela não é politiqueira. Ela não é pós-obra. Ela é antes de obra, ela é um alerta que pode ser corrigido e que deverá ser corrigido, porque, tenho certeza, V.Exa. não calará e muitos de nós não se calarão. Mais do que as irregularidades que V.Exa. aponta, me preocupa é se essas irregularidades constatadas chegarem ao conhecimento dos organismos internacionais que financiam os Estados brasileiros e nós venhamos macular a nossa imagem de Estado cumpridor de compromissos de convênios com organismos internacionais.

Espero que deem atenção ao que V. Exa. coloca na tribuna, eu espero que se perceba que uma obra dessa magnitude, na capital ecológica do Paraná seja feita sem um "rima", não seja feito sem um projeto que possa gerar, quem sabe, em outros municípios.

Então coloca bem V.Exa.

Eu me somo ao seu pronunciamento e isso precisa continuar sendo levantado. Eu acho que mais do que nunca, nessa sua segunda ou terceira intervenção, com dados mais concretos, certamente fará com que alguém venha dizer a verdade do que está acontecendo.

Parabéns.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Triste, Deputado Caíto Quintana, é o fato do Governo demorar 43 dias para poder tentar provar que essa obra dispensava licitações, porque nesses mesmos 43 dias, esse Governo teria feito uma licitação e certamente a obra do canal extravasor custaria muito menos aos cofres públicos do nosso Estado.

Triste é um Governo como o do senhor Jaime Lerner, um homem que conquistou o seu espaço na política, pela sua competência técnica e que utilizou o símbolo da competência técnica para alçar o poder deste Estado, de todas as formas. É triste que esse mesmo Governo utilize de uma falácia técnica para fazer acerto com em-

preiteiras.

Nós continuaremos com nossas investigações, porque temos suspeição e temos direito de ter a suspeição que temos, assim como tem direito o povo do nosso Estado e estamos investigando a razão social dessas empreiteiras, o nome dos donos das empresas, a quem ajudou o Governo Jaime Lerner financeiramente na sua campanha, continuaremos a investigação e a Bancada do PT já decidiu: entraremos com uma ação popular, com nossos advogados, nossos civilistas, porque confiamos na justiça deste Estado.

Essa obra poderá muito bem ser embarçada, realizada rapidamente uma licitação e recomeçada, porque sabemos que essa obra é importante para o povo da região metropolitana.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Comunico ao Deputado Péricles de Mello que seu Tempo está esgotado. Deseja usar o tempo do PT?

Concedido o horário da Liderança.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Concedo aparte ao Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Agradeço o aparte e acompanho com atenção o seu pronunciamento e digo a V.Exa. de que o Governo do Estado está realizando uma obra de interesse social para a capital do Estado, para a região metropolitana, dentro de tudo o que determina a lei. Nada está fora do contexto da regularidade da lei. V.Exa. deu entrada nesta Casa de um pedido de informações e se nós quiséssemos adotar a praxe do Governo anterior que derrubava todos os pedidos de informações da oposição nesta Casa, tivéssemos alguma preocupação com o seu pedido de informações, de que alguma coisa estivesse errada, não deixaríamos passar o seu pedido de informações.

Aliás, não passou um só. Passou o seu, passou o do líder do PT, Deputado Ângelo Vanhoni, com tranqüilidade, porque nós queremos esclarecer.

V.Exa. faz um pronunciamento baseado em fatos fornecidos pelo Governo do Estado e que podem ser questionados, ninguém está dizendo que não pode! Esse é o papel da Oposição: é questionar, é levantar, sugerir e até propor alguma alteração. O Governo do Estado não está preocupado com isso. O que não posso admitir é que o Deputado Romanelli venha e diga e queira criar um marketing em cima disso de que este é o primeiro escândalo do Governador Jaime Lerner.

Primeiro, Deputado Romanelli, que tenho certeza de que no Governo de Jaime Lerner não vai se enumerar números de escândalos como se fez no Governo do seu

partido, do Governador Roberto Requião de Mello e Silva.

Se nós fôssemos aqui enumerar o número de escândalos, seria infundável esta quantidade. Não é esse o caminho de fazer uma terrível encenação como fez o Deputado Romanelli, que esse é o primeiro escândalo do Governo Jaime Lerner! Ora, o Governo que recebe a primeira colocação a nível de 12 maiores Governos do País, de ser o mais popular, o que mais está atuando, bem ao contrário do Governo do PT no Distrito Federal que é o pior Governo dos primeiros 3 meses deste ano.

Então não é por aí. Nós estamos tranqüilos. O Deputado vai receber as respostas no momento oportuno que esta Liderança entender que deva fazer. Respeita seu pronunciamento, recebe o seu pronunciamento e vai lhe trazer os subsídios e tudo aquilo que for necessário. Agora, não pode chegar aqui, aliás, até pode dizer porque é um direito que a tribuna lhe oferece, mas dizer de que o Governo que foi eleito pelo povo, e que agora trai o povo, que está usando de subterfúgios para conseguir fazer obras, isto é uma maneira até um tanto indelicada de V.Exa. que não dá o devido respeito a um Governador que tem tido um apoio extraordinário da população. Quero dizer a V.Exa. que estamos acompanhando passo a passo a situação do canal extravasor, uma obra de interesse extraordinário para Curitiba e para a Região Metropolitana. A prova disso é que o Prefeito de São José está fazendo uma obra paralela, que o Prefeito de Curitiba faz uma obra paralela e é necessário que se faça esse Canal Extravasor.

Não podemos brincar com o tempo. Não podemos brincar com a natureza. V.Exa. fala que daqui 70 anos pode haver uma enchente. Mas pode acontecer amanhã, ninguém adivinha, nessa mudança de clima que hoje vivemos na Terra. Então é preciso ter tranqüilidade neste momento e eu, como Líder do Governo, quero dizer a V.Exa. que recolho seu pronunciamento, mas com as devidas correções. Em hipótese alguma vamos admitir que se diga nesta Casa, que há uma desonestidade do Governador Jaime Lerner. É feita em cima de documentação que V.Exa. recebeu, em cima de levantamentos que pode até serem questionados e os demais devem ser esclarecidos oportunamente a V.Exa.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Obrigado Deputado Algaci Túlio. De minha parte só a elogiar a postura do Líder do Governo nesta Casa, que, de forma ágil, nos trouxe as informações que pedimos. Mas queria dizer ao Deputado que o direito de informação não é de Deputado é de cidadão. Acho que se uma Bancada impedir um Deputado, nesta Casa, de solicitar informações ao Governo

não está afrontando um Deputado neste plenário, está afrontando o mais legítimo princípio da cidadania. Acho que jamais a Bancada do PDT faria isso ou qualquer Deputado.

De outra parte, Deputado Algaci Túlio, é a terceira vez que falo do Canal Extravisor e nenhuma resposta veio até agora da Bancada do Governo. Nós aguardamos, ansiosos, Deputado Algaci Túlio, que a Bancada do Governo responda as nossas indagações.

Por outro lado, o que digo e repito é que os dados de que disponho me permitem levantar suspeição sobre o Governo do Estado e gostaria muito, em nome inclusive da competência técnica que nós compreendemos assim do Governo Jaime Lerner, que antes de entrarmos na Justiça e embargar essa obra, fizesse uma licitação. Porque em 15 dias ele faz a licitação, recomeça a obra e termina em menos de 6 meses.

É essa a nossa crítica principal.

O Sr. Dr. Rosinha - Permite um aparte, Deputado? (Assentimento).

Deputado Péricles, no que diz respeito ao aparte do Deputado Algaci Túlio, entendi perfeitamente, V.Exa. em nenhum momento negou o caráter social desta obra e em nenhum momento negou o valor da mesma. E no que diz o Deputado Algaci Túlio que na legislatura anterior nós não obtínhamos os pedidos de informações aprovados, com exceção de quando a Liderança do Governo estava com o Deputado José Tavares, em períodos anteriores, é verdade, não conseguimos ver aprovados os pedidos de informação o que nos deixava de exercer o direito de cidadania garantido na Constituição.

Então, nós entendemos que este caráter democrático de garantir o direito de cidadania de qualquer Deputado será mantido na atual legislatura, independente de tamanho de Bancada. Agora, é importante que se faça esse tipo de fiscalização que é o papel que cabe ao Parlamento. Acho que não cabe a nós se enxergar ou levantar qualquer tipo de suspeita ou irregularidades nos calarmos. Acho que dentro de todos os preceitos morais e legais é necessário a nossa manifestação e ela é correta, independente de que Partido seja.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Mas Deputado Rossoni, aproveitando, acho que, sobre a questão do canal extravisor, eu só queria lembrar uma coisa, aproveitando que o Senhor me pediu um aparte, saiu uma notícia no jornal hoje que o Senhor Ministro José Eduardo Vieira vai comprar feijão apenas do Rio Grande e do Sudoeste do Paraná e a região que o senhor representa, União da Vitória, faço um apelo ao Deputado Toti também, a região Centro Sul do Pa-

raná, onde as pessoas estão morrendo e se suicidando porque perderam todo o feijão, o que sobrou o Governo Federal não vai comprar.

Então, nós estamos entrando com ofício hoje e esperamos a sua solidariedade, ficarmos juntos neste aspecto para que o Governo Federal compre também o feijão perdido, o feijão que foi colhido, que sobrou da safra da região Sul do Paraná.

O Sr. Waldir Rossoni (Aparte) - Olha Deputado, primeiro o assunto do feijão, eu não acredito que o Ministro vai dividir o Paraná para comprar feijão. Se ele vai comprar no sudoeste você pode ter certeza, quero empenhar a palavra aqui em nome do senador, que ele vai comprar da região sul também.

O outro assunto que eu gostaria de dizer para o senhor também é o seguinte: eu vi alguns Deputados aqui se pronunciando, dizendo da pressa de se fazer o canal que está sendo discutido. Olha, sou da região de União da Vitória e sofremos com as enchentes e União da Vitória está perdendo o bonde da história por não ter a solução das enchentes.

Quero acrescentar só um assunto aqui que vem a calhar e também a justificar atitude que está sendo tomada pelo Governo do Estado, porque tenho visto muito Deputado fazer discurso aqui que o Governo não age rapidamente. Agora que o Governador Jaime Lerner age rapidamente e em cima de dados pelos Institutos de Meteorologia do país, não sei se o senhor sabe nós que acompanhamos em União da Vitória e temos levantamento, a previsão para os próximos meses é de muita chuva e vocês imaginem que daqui a 45 dias as casas dessa região de Curitiba estarão embaixo da água novamente, provavelmente, porque às vezes pode haver engano e aí estarão os mesmos Deputados que estão aqui se queixando da rapidez, dizendo de que o Governo não agiu rapidamente. O Governo Jaime Lerner, vocês podem ter certeza absoluta, é da honestidade. Nós gostaríamos que vocês agissem desta forma porque tenho a certeza absoluta que vocês vão dar o atestado de idoneidade ao Governo Jaime Lerner. Agora, neste momento em que as águas baixaram querer dizer de que não pode ser agido rapidamente, é porque talvez os ilustres Deputados não viram o sofrimento dessa população quando as suas residências ficam embaixo da água.

E digo e alerto V. Exa. e se o Senhor duvidar da minha palavra pode procurar as pessoas que entendam de meteorologia, a previsão para os próximos meses é de muita chuva, inclusive a cidade de União da Vitória está se organizando para esta questão. Deus queira que não aconteça. Se nós

tomando estas atitudes viermos a minimizar o sofrimento dessa população acho que já é justa esta a atitude do Governador Jaime Lerner.

O SR. PÉRICLES MELLO - Deputado Rossoni, então espero que o senhor converse com o Governador, já que vai acontecer uma outra enchente que ao invés dele contratar 3 empresas...

O Sr. Waldir Rossoni - Eu não estou dizendo que vai acontecer enchente, estou me baseando em dados meteorológicos.

O SR. PÉRICLES MELLO - Acho que o Governador agiria de forma mais realista e tecnicamente competente se ao invés de contratar três empresas apenas para fazer em seis meses a obra, que é o prazo limite que dispensa licitação, ele tivesse contratado nove empresas e fizesse a obra em dois meses. Aí sim ele estava demonstrando preocupação com o povo da região metropolitana. Mas não, ele simplesmente procurou se adequar à lei. Se a lei dissesse 12 meses essa obra seria feita em 12 meses. Tudo que nós lemos nesse processo diz isso! Porque há um interesse claro em beneficiar empresas!

O Sr. Algaci Túlio - V.Exa. está preocupado com o número de empresas que trabalham? Eu não sei qual é o interesse, se três podem fazer o trabalho de seis, eu não sei qual é o interesse, se V.Exa. quer que contrate seis ou cinco, eu não entendo o interesse desse discurso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Informo ao Deputado Péricles Mello que seu tempo está esgotado e concedo um minuto para concluir.

O SR. PÉRICLES MELLO - Eu acredito que não cometi nenhum sofisma no meu pronunciamento, e não posso aceitar sofisma do Partido do Governo. Quando falo em maior número de empresas e maior número de máquinas, estou dizendo que isso reduz o tempo da obra e portanto o canal é construído em menos tempo e menor risco de enchente.

Agora por que será os exatos seis meses que a lei dá como limite máximo?

Por favor acho que todos nós conhecemos minimamente a lógica formal, pelo menos.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Horário do PDT concedo a palavra ao Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Sr. Presidente, colegas Deputados:

Queria antes do pronunciamento fazer um apelo ao ex-Prefeito que tanto fez por Ponta Grossa, e brilhante Parlamentar desta Casa, Luiz Carlos Zuk, ao Deputado Luiz Carlos Martins, também da Mesa Executiva, Deputado Nelson Garcia, que V.Exas. em conjunto com o Presidente da Casa, Deputado Anibal Khury, já que estamos na antevéspera da celebração da Santa Páscoa, que marca o tempo da vida nova e da ressurreição daquele que é o nosso melhor amigo, Jesus, Deputado Zuk, que V.Exa. fosse portador de um apelo eu creio muito oportuno, muito justo: de que esta Casa, agora no período da Páscoa, conceda um abono salarial para o funcionalismo da Assembléia.

É um negócio muito triste o que estamos vendo, a quase totalidade da Casa ganha, dos funcionários ganha menos de 300 reais nesta Casa. Então esse é o grande malabarismo, estes são os grandes artistas que conseguem sobreviver numa capital cujo custo de vida não é baixo, com menos de 300 reais por mês.

Senhor Presidente, em várias oportunidades já fizemos duras críticas a auxiliares diretos do Governador Jaime Lerner. Creio até por intuição que muitas outras críticas ainda deveremos fazer no curso do nosso mandato parlamentar. Acho que esse é o papel do Deputado. Nós temos que acabar com aquela filosofia, com aquela mentalidade de que quem é a favor do Governo tem que votar sempre a favor, quem é contra tem que votar sempre contra. Quem é da oposição tem só que criticar o Governo, só ver o lado negativo, ou quem é da situação, ver apenas o paraíso. A equipe do governador Lerner é, no geral, uma equipe de gente competente, mas como até em qualquer modalidade esportiva, uma comparação mais simplória, num time de futebol, tem um atacante que às vezes é bom, marca bons gols, tem o goleiro, como ontem a gente presenciou que acaba praticamente marcando um gol para o time adversário. Acho que na política ou na vida pública, não é diferente esse sistema, mas hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a presença nossa na tribuna é de alegria, porque de posse do jornal "Folha de São Paulo", a gente vê uma publicação muito interessante para todo o Paraná. Não importa qual é o partido do governador. Quando um prefeito vai bem, a comunidade, de um modo geral, é contemplada. Quando o Presidente da República vai mal, o país inteiro paga uma fatura muito alta e na seqüência, o mesmo ocorre com o governador.

Então nós temos que ficar tristes quando a pesquisa mostra que a autoridade do nosso município ou do nosso Estado vai mal, mas também esquecer o sentimento, a

paixão partidária e comemorarmos. É um motivo, hoje, para todos nós do Paraná.

Está aqui a "Folha de São Paulo" que é considerado um dos institutos mais conceituados do nosso país e que trouxe a situação de momento, com respeito ao voto que o povo depositou ou no dia 3 de outubro ou no dia 15 de novembro onde houve segundo turno e o resultado, a gente vê aqui: "Um governador - do Rio de Janeiro, lá embaixo na pesquisa. De doze governadores, é o ante-lanterna, com apenas 5,2 de aprovação. Mário Covas, de um Estado tão grande, onde se concentra a grande mídia brasileira, com 5,5% de aprovação. Paulo Souto, da Bahia, 5,8. Eduardo Azeredo, de Minas Gerais, 5,9. Miguel Arraes, com seus quase 80 anos, com 6,1. O Paulo Afonso, nosso vizinho de Santa Catarina, 6,22. O quarto colocado, de Mato Grosso do Sul, Wilson Martins com 6,3. O terceiro colocado, de Goiás, Maguito Vilela, do PMDB, com 6,4. Na vice-liderança, como o mais popular, o governador do Ceará, Tasso Jereissati com 6,8 e para a nossa felicidade, eu que já em vários momentos fiz essas críticas a alguns membros do primeiro escalão do governo Jaime Lerner.

Quero louvar a Deus, porque hoje nós temos que elevar os nossos pensamentos para os céus e dizer da nossa gratidão a Deus. Vemos aqui o Jaime Lerner, em primeiro lugar, com 6,9, o mais popular governador em todo o Brasil.

Portanto, Senhor Presidente, acho que hoje realmente é motivo de comemorar. Se amanhã o governador for de outro partido, for adversário meu e estiver em primeiro lugar, da mesma maneira como estou aqui manifestando a minha alegria, eu vou extravasar o meu júbilo. Com muita honra, vou conceder aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Para me solidarizar ao seu pronunciamento, Deputado, por nós paranaenses, porque nessa mesma matéria, no final diz da posição do governo do Estado do Paraná e ela fala explicitamente que, curiosamente, mantém o Paraná e o Ceará, os mesmos índices alcançados por governos anteriores.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - É o que eu disse, Deputado Caíto Quintana. Tomara que todos os ocupantes do Palácio Iguaçu, do PP, do PT, do PMDB, do PSDB, do PFL, do PDT, do PTB, de todos os partidos, quando estiverem no exercício do cargo, possam estar se não no primeiro lugar, pelo menos nos primeiros lugares, porque uma coisa é sabida, Deputado, eu, que fui prefeito por quase dez anos no Município de Londrina, a gente sabe que quando o prefeito está mal

situado em termos de pesquisa, não é bem recebido por empresários, nem aqui e nem no exterior. Vai atrás de um empresário aqui ou no exterior e vai tentar vender uma boa imagem do seu Estado, se o Governador está em decadência na pesquisa o investidor fecha a porta e muitas vezes não recebe, nem para um cafezinho, o Governador do Estado.

Então quero, hoje, cumprimentar e desejar que o Paraná possa continuar sendo esse Estado com grandes governadores, que façam as obras. É o começo ainda. Apenas 3 meses de mandato e nós temos que ter, aqui, essa liberdade de poder elogiar ou criticar. Porque creio que os 54 parlamentares desta Casa têm, na sua alma, no seu coração uma vontade de um grande e extraordinário desenvolvimento pro nosso Estado. Queria agradecer e parabenizar o Governador Jaime Lerner e dizer do orgulho de todos nós paranaenses por esse Data-Folha estampado ontem na Imprensa para todo o país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Respondendo o Deputado Belinati, a Mesa Executiva da Casa em diversas e inúmeras reuniões realizadas, já teve, assim, a incumbência da melhoria salarial bem como o reaproveitamento daqueles que desempenham as funções nesta Casa e nos próximos dias haverá, realmente, uma novidade.

E no que concerne à data mundial da Páscoa, quero testemunhar ao Deputado Belinati, que Dona Regina Pessuti que representava todos nós na Associação das Mulheres dos Parlamentares, sempre teve, durante o exercício do mandato frente à Presidência desta Associação, a preocupação não só na Páscoa mas também nos finais de ano, de fazer doações de cestas natalinas àqueles que, realmente, não têm condições financeiras deste Poder.

E acredito, agora, novamente, Dona Niva - esposa do Deputado Anibal Khury - na Presidência, substituindo Dona Regina, haverá de dar continuidade a esse e a inúmeros outros pontos por Vossa Excelência levantados, como também concede uma creche aos filhos de funcionários desse Poder.

Com a palavra o Deputado Élio Rusch no Horário da Liderança.

O SR. ÉLIO RUSCH - Sr. Presidente, Srs. Deputados. O que nos traz a ocupar o espaço do Partido na Sessão de hoje, é fazer considerações sobre dois fatos acontecidos ainda em março. Um no dia 22 de março, uma reunião da AMOP - Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, ocorrida na cidade de Cascavel. Esteve presente o Secretário de Saúde, oportunidade em que o ilustre Secretário junto com os prefeitos,

junto às Lideranças do Oeste do Estado discutiram a questão da saúde da nossa região principalmente a questão que envolve o Hospital Regional. Sabemos que nossos companheiros aqui na Assembléia, Deputados Edgar Bueno, Nereu Moura, Duílio Genari, Deputado Colombo, enfim, os Deputados do Oeste do Paraná sabemos das dificuldades em que se encontra o Oeste do Estado, principalmente no setor da saúde. E o Hospital Regional, que na verdade estava sendo administrado mais para a cidade de Cascavel, e deixou de atender - muitas vezes, por falta de elementos humanos, ou mesmo assim falta de equipamentos no próprio hospital. E o Secretário da Saúde tem demonstrado esse interesse em resolver essa questão do Oeste do Estado, fazendo uma administração do Hospital envolvendo a Universidade e também a AMOP. O Estado, por sua vez, iria indicar o Diretor Geral, a Universidade do Oeste através do Campus de Cascavel, do Curso de Medicina, indicaria o Diretor Clínico e a AMOP iria indicar, por sua vez, o Diretor Administrativo.

Seria uma administração que envolvesse exatamente toda a comunidade e praticamente a certeza que nós iríamos caminhar para a solução desse grave impasse que é sem sombra de dúvida o hospital regional tanto já discutido, debatido na legislatura passada, o próprio Deputado Ernani Pudell que não está mais hoje aqui na Assembléia Legislativa, mas que por muitas vezes se usou desse espaço para fazer a sua manifestação. Nós entendemos que com a participação das outras entidades, da própria Universidade, do curso de medicina e também da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, tenhamos uma fiscalização e uma administração mais participativa em gerenciar exatamente a saúde do nosso Estado. É o primeiro passo.

Outro fato aconteceu no dia 28, quando o Governador do Estado, Jaime Lerner, fez a sua visita oficial para nossa região, iniciando também na Cidade de Cascavel, onde foi instalado e instituído o programa Formando Cidadãos. É um programa que volta exatamente as suas atenções para a pessoa menos favorecida pela sorte. Visa este programa tirar o menino da rua, abrir os portões da Polícia Militar, fazer com que esse pequeno marginalizado não seja num futuro não muito distante um marginal a enfrentar as fileiras da marginalidade existente hoje não só no Estado, mas sim em todo o país.

É louvável esta iniciativa e nós, como o próprio Deputado Antônio Belinati diz, quando as coisas boas acontecem devem ser reconhecidas e nós devemos reconhecer este trabalho que o Governador Jaime Lerner está levando para o interior do Estado e

também aqui na capital, através do seu governo e com a participação direta da Secretaria de Segurança Pública esteve presente no dia 28 também o Secretário Cândido Martins de Oliveira, que acima de tudo é um homem sensível, como o Governador também o é, e principalmente para a nossa região Oeste do Estado no setor da segurança. Já tivemos diversos pronunciamentos, já alertamos no Governo passado do alto índice de assaltos a mão armada que acontecem na região Oeste do Estado, principalmente nos municípios limítrofes do Lago de Itaipu, aonde agricultores são assaltados quase que diariamente, as famílias são rendidas, são presas num quarto e seus pertences são roubados: são tratores, viaturas, móveis, utensílios, enfim, tudo o que existe na casa, em questão de uma hora depois está no lado do Paraguai.

Nas primeiras audiências que tivemos com o Secretário da Segurança, levamos exatamente esta preocupação e ele se prontificou e anunciou no dia 28, junto com o Governador Jaime Lerner a continuidade no Centro de Operações Especiais, na Operação Tigre, na Operação Águia e que já foi autorizado, inclusive publicado no Diário Oficial a compra de equipamentos necessários para a instalação das unidades móveis desde Guaíra até a cidade de Foz do Iguaçu.

No mesmo dia o Governador Jaime Lerner seguiu viagem até a cidade de Curitiba instalando mais uma Vila Rural na Cidade de Toledo e disse o Governador que é pretensão deste Governo até o final do ano ver implantados com projetos da Vila Rural no nosso Estado.

Além desse programa assinou-se também o convênio e se instalou na cidade de Toledo também o Câmbio Verde, um outro projeto voltado exatamente para o interior do nosso Estado que já tem logrado êxito na nossa Capital, trocando o lixo por alimentos, com a participação das Prefeituras e também do Governo do Estado. E também a linha do Ofício levando para o interior do Estado, ou a Estação do Ofício.

Estes são os programas que o Governador Jaime Lerner tem levado ao interior. Isso aconteceu no último dia 28 e fazemos questão no dia de hoje, que fique registrado exatamente aqui, nos Anais da Assembléia Legislativa.

O Oeste do Paraná parece que, finalmente tem a atenção voltada para aquilo que representa, não só politicamente mas principalmente economicamente para nosso Estado.

A ponte em Guaíra está paralisada, foi contratada uma empresa mas por falta de projetos do Governo anterior, parou. Disse o Governador do Estado, Jaime Lerner, que esta obra no seu Governo terá continuidade.

de, e o sonho não só do Oeste mas do Paraná, e do Sul do Brasil haverá de ser realizado. Além da própria Universidade do Oeste que o Governador tem demonstrado preocupação e ele vai mais além, ele diz que não quer só ver consolidada a Universidade mas a Universidade das Américas na sua realidade.

Concedo o aparte ao Deputado Rosinha.

**O Sr. Doutor Rosinha** - Agradeço o aparte.

Quando V.Exa. estava abordando a questão do Hospital Regional de Cascavel, eu, como trabalhador do setor de Saúde, como Parlamentar, tenho acompanhado as agruras da população que necessita daquele Hospital. Em várias oportunidades estive reunido com profissionais da área de Saúde em Cascavel, inclusive sábado passado estive lá numa reunião com a comunidade e com trabalhadores daquele hospital. E o relato que nos passaremos é um relato de total abandono com péssima gerência, tanto administrativa como contábil daquele hospital.

Assumi um compromisso com aquela comunidade, sábado passado que esta semana entrarei com um requerimento, nesta Assembleia de pedido de uma auditoria administrativa e contábil durante todo o período da história da existência do hospital regional de Cascavel.

E farei uso da tribuna para justificar este meu pedido.

Que a Secretaria de Estado efetue uma auditoria administrativa e contábil, como já disse, desde a sua construção, que durou cerca de 10 anos e a última ala está sendo construída agora, porque isso visava interesse de alguns setores e não o interesse maior de atender a população.

Desde já peço o apoio dos Srs. Deputados a esse requerimento pedindo que a Secretaria de Estado execute uma auditoria no hospital regional. Isso para que novas administrações comecem em cima de uma questão bastante limpa e não em cima de emaranhados que lá se deram durante toda a existência desse hospital.

**O SR. ÉLIO RUSCH** - Parece que o Hospital

Regional é um cavalo de batalha de muitas pessoas, Deputado Rosinha. Mas na verdade ele não tem ainda voltado as suas atenções, não tem atingido os seus objetivos. No dia 22, enquanto nós aguardávamos o Secretário de Saúde, no aeroporto, o hospital regional, em Convênio com a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, adquiriu uma bomba de cobalto. Foi então projetada uma construção pois a bomba precisa de condições especiais, foi contruída uma sala de acordo, e para surpresa nossa, por isso acho que tem que acontecer uma investigação profunda, parece faltou uma porta de chumbo, isso não constava no Pro-

jeto, e a sala foi construída para a bomba de cobalto! Isso é um absurdo.

Acho que a sociedade do Paraná deve ser esclarecida, principalmente nossa sociedade do Oeste deve saber o que houve, se houveram estes desmandos ou não. Se esta instituição foi usada com fins políticos ou não.

Mas não quero fazer nenhum pré-julgamento porque não é da minha índole nem do meu feitio. Espero receber os documentos daquilo que tenha acontecido com o hospital para que depois possamos tomar nossa posição.

Obrigado Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)** - Encerrado o Horário das Lideranças. Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Élio Rusch, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados que irão fazer parte do Bloco Municipalista desta Casa, na qualidade de Titulares e Suplentes. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Élio Rusch, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados do partido, que irão fazer parte do Bloco Agropecuário desta Casa, na qualidade de Titular e Suplente. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Nereu Alves de Moura, Duílio Genari, Luiz Cláudio Romanelli e Carlos Simões, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Anibal Khury e Joel Coimbra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente, solicitando destaque de votação para a Proposição n° 071/93, Veto ao Projeto de Lei n° 257/93, item 01 da Ordem do Dia. - **Retirado pelo autor.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

#### ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 071/93, do Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 257/93, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal que liga o Município de Missal a São Miguel do Iguaçu. SEM RELATÓRIO DA C.C.J..

Sobre a referida proposição, requerimento de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões da Proposição n° 071/93.

Ofício/DTL/SAT n° 267/93.

Curitiba, 21 de setembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 242/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V.Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 257/93, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal denominada "NZ-1", que liga as sedes municipais de Missal e São Miguel do Iguaçu, com uma extensão de 32 quilômetros.

O projeto de lei em epígrafe deixou de merecer acolhimento, dada sua flagrante inconstitucionalidade, porque, implicando em despesas não previstas na "Lei de Meios", fere o mandamento contido no art. 135, da Constituição Estadual.

Ademais, inobstantemente à inconstitucionalidade apontada, vale ressaltar que o Poder Executivo não tem condições de suportar encargos de tal natureza, também pelo fato de as máquinas e equipamentos, assim como os recursos humanos do DER estarem, todos, voltados aos trabalhos nas obras rodoviárias em andamento, inclusive as de conservação de estradas e as em execução nas micróbasias, conforme prevê o vigente Sistema Rodoviário Estadual.

Esses os motivos que me levaram a ve-

Curitiba, segunda, em 03.04.95

tar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 257/93, encontra-se publicado no D.A. n° 77/93, de 15.06.93)

#### ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição n° 074/93, veto aposto ao Projeto de Lei Complementar n° 046/93. Autoria do Deputado Anibal Khury. Revoga o art. 7° da Lei Complementar n° 046, de 20 de dezembro de 1989. (Vencimento de Delegado de Polícia). SEM RELATÓRIO DA C.C.J..

Sobre a referida proposição, requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões da Proposição n° 074/93.

Ofício/DTL/SAT n° 295/93

Curitiba, 13.10.93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 287/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar n° 046/93, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo a revogação do art. 7°, da Lei complementar n° 46, de 20 de dezembro de 1989. Tal dispositivo revogou o art. 291, da Lei Complementar n° 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil do Paraná). O revogado art. 291, da referida Lei Complementar 14, tratava de vinculação de vencimentos dos integrantes das várias carreiras do Quadro da Polícia Civil aos dos Delegados de 1ª Classe.

A negativa de sanção ao projeto de lei complementar em causa decorre de sua flagrante inconstitucionalidade, eis que fere frontalmente os mandamentos contidos nos arts. 66, incisos II e III e 87, inciso IV, ambos da Carta Estadual, os quais conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência para início do processo legislativo de leis sobre a matéria.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado  
(O Proj. de Lei Complementar n° 46/93, en-  
contra-se publicado no D.A. n° 09/93, de  
03.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO DE VETO N° 074/93

PARECER:

O veto foi apresentado dentro do prazo legal.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental não existem óbices à normal tramitação da proposição de veto n° 074/93 aposto ao Projeto de Lei 046/93 de autoria do Deputado Anibal Khury, que revoga o art. 7° da Lei Complementar n° 046, de 20 de dezembro de 1989. (Vencimento de Delegado de Polícia).

Sala das Comissões, em 09.11.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 055/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Cerrado da Roseira, com sede e foro na cidade de Jaguariaíva. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 056/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Distrito Eduardo Xavier da Silva, com sede e foro na cidade de Jaguariaíva. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, requerimento n° 617, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 600 e 622, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 601 a 604, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 605, de autoria do Se-

nhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 606, 607 e 609 a 613 e 688, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 619, 620 e 621, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 623, 624, 625, 626 e 627, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 628, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 629, 630 e 631, de autoria do Senhor Deputado Péricles de Mello, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 632, e 633 de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Em discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos n°s 638 e 639, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 640 a 649, de autoria do Senhor Deputado Albanor Gomes, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 047 e 074/95.

Levanta-se a sessão.